Limites da LRF

Lei de Responsabilidade Fiscal	Limite Máximo	Limite Prudencial	% Realizado em Relação à RCL [1]			
			2025 (até ago)	2025	2024	2023
I - Despesa Líquida com Pessoal						
Poder Executivo [2]	48,60	46,17	41,58	39,85	41,22	39,54
Ministério Público	2,00	1,90	1,68	1,55	1,35	1,36
Tribunal de Contas do Estado da Bahia	0,90	0,86	0,49	0,47	0,48	0,51
Tribunal de Contas dos Municípios	0,57	0,54	0,32	0,32	0,32	0,34
Assembléia Legislativa	1,93	1,83	1,49	1,44	1,37	1,42
Tribunal de Justiça	6,00	5,70	5,00	4,96	4,76	4,84
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,55	0,51	0,43	0,44
II - Dívida						
Dívida Consolidada Líquida [3]	2,00	1,90	0,35	0,33	0,37	0,36
III - Garantias de Valores						
Garantias	22,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IV - Operações de Crédito						
Operações de Crédito Internas e Externas	16,00	0,00	8,37	3,67	3,50	1,29
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	7,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Lei de Responsabilidade Fiscal	Limite Máximo	Limite Prudencial	% Realizado em Relação à RCL[1]			
			2025 (até ago)	2025	2024	2023

1. RCL - Receita Corrente Líquida.
2. Relação com a Receita Corrente Líquida (não é percentual).

• Fonte: FIPLAN - SEFAZ / SAF / COPAF
• Para o ano corrente, o limite da Despesa Líquida de Pessoal, refere-se ao publicado no Relatório de Gestão Fiscal do último quadrimestre.